

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE HUMANA

José Carlos Winkler<sup>1</sup>

Rita de Cássia da Silva Oliveira<sup>2</sup>

Olga Mara Bueno<sup>3</sup>

Vanessa Bernardi<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma revisão teórica a respeito da temática que envolve a diversidade humana e a implementação de práticas pedagógicas no contexto da educação escolar a partir dos princípios da educação inclusiva. Para tanto, discute-se a partir do aporte teórico de autores que tratam sobre o tema da inclusão escolar, tais como Bueno (2015), Carvalho (2012, 2016) e Jannuzzi (2014); bem como sobre a diversidade humana e o respeito às singularidades das pessoas, Gadotti (2019) e Rosemberg (2018). A análise dos autores permite inferir que a diversidade e a consciência cultural são importantes elementos para discussão e debate na sala de aula, pois, aproxima os alunos ao conhecimento sobre os vários grupos culturais e sociais, preparando-os para se tornem melhores cidadãos em suas comunidades.

**Palavras-chave:** Diversidade. Educação Inclusiva. Práticas pedagógicas.

## PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE CONTEXT OF HUMAN DIVERSITY

**Abstract:** This article proposes a theoretical review on the theme involving human diversity and the implementation of pedagogical practices in the context of school education from the principles of inclusive education. To this end, it is discussed from the theoretical contribution of authors who address the issue of school inclusion, such as Bueno (2015), Carvalho (2012, 2016) and Jannuzzi (2014); as well as on human diversity and respect for the uniqueness of people, Gadotti (2019) and Rosemberg (2018). The analysis of the authors allows us to infer

<sup>1</sup> Professor da rede estadual de ensino do Paraná. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-PROFEI. Bolsista da CAPES. Email para contato: jcwinkler@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Pedagoga. Gerontóloga pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Coordenadora do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI). Doutora e Pós-Doutora em Filosofia e Ciência da Educação (Universidad Santiago de Compostela/Espanha). Professora do Mestrado e Doutorado em Educação. Coordenadora do Mestrado em Educação Inclusiva, do Curso de Especialização em Gerontologia e da UATI (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Professora Produtividade em Pesquisa- CNPq. Email para contato: rsoliveira@uepg.br

<sup>3</sup> Professora da rede estadual de ensino do Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-PROFEI. Bolsista da CAPES. Email para contato: olgamarabueno@gmail.com

<sup>4</sup> Pedagoga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-PROFEI. Email para contato: nessabernardi@gmail.com

that diversity and cultural awareness are important elements for discussion and debate in the classroom because it brings students closer to knowledge about various cultural and social groups, preparing them to become better citizens in their communities.

**Keywords:** Diversity. Inclusive Education. Pedagogical practices.

## INTRODUÇÃO

Alguns imperativos tornam essencial a prática ativa do ensino para a diversidade, inclusão e equidade. A primeira delas é a diferença, considerada parte essencial da história e realidade atual. Discutir a respeito da diversidade humana e o status diferencial é algo intratável em muitos locais devido a história nacional de racismo e tensões entre a liberdade individual e o bem comum.

A diferença é uma parte imparável do futuro. As salas de aula são cada vez mais diversificadas e a demografia garante que essa tendência continuará existindo. Tratando de diversidade e inclusão possibilitam a melhoria do ensino e da aprendizagem. As pessoas aprendem e enriquecem suas habilidades de pensamento crítico e criatividade quando se envolvem em debates que vão além das diferenças, especialmente quando as habilidades e atributos de todos os alunos são respeitados.

As estratégias de ensino inclusivas têm o objetivo de garantir que todos os alunos se sintam apoiados para que aprendam e explorem novas ideias livremente, se sintam seguros para expressar suas opiniões de maneira civilizada e respeitados como indivíduos e membros da sociedade. A incorporação intencional de estratégias de ensino inclusivas ajuda os alunos a se verem como pessoas que pertencem à comunidade de alunos em uma sala de aula e na universidade.

Neste sentido, este texto propõe uma revisão teórica a respeito da diversidade humana, considerando os princípios da educação inclusiva, e apresenta estratégias para implementação no contexto escolar de ações que promovam condições de aprendizagem, respeito às diferenças e singularidades dos sujeitos.

## A ESCOLA INCLUSIVA NO BRASIL

Deseja-se que a escola inclusiva garanta atendimento adequado e que respeite a diversidade humana, promovendo ações que incluam todos os alunos a partir das suas especificidades e singularidades. No Brasil o emprego dos princípios inclusivos promovido pela escola inclusiva, partiu num primeiro momento da organização da sociedade e não propriamente do governo. Após a mobilização social inicial, o governo se viu obrigado a instalar políticas de inclusão educacional, voltadas a estudantes com determinadas alterações funcionais, formando-se a chamada escola inclusiva.

[...] a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular.” (JANUZZI, 2014, p. 86)

A partir do entendimento e aplicação do princípio constitucional de educação para todos, é que foi formada a educação especial no Brasil, haja vista que inicialmente a sociedade observou o abandono a que foram submetidos os pacientes com alterações funcionais, bem como a falta de estruturas educacionais voltadas a este público, diante da falta de ação do governo e suas entidades, tanto médicas quanto educacionais.

O princípio da educação para todos foi entendido, como algo que realmente devesse incluir todos os participantes da sociedade, independentemente de suas alterações funcionais, neurológicas ou ainda motoras.

Inicialmente as escolas inclusivas foram estabelecidas junto aos hospitais, baseando a educação em princípios médicos e psicológicos, uma vez que ainda não se dispunha de dados e experiências necessárias para afastar o aluno do atendimento e auxílio médico. Com o auxílio médico e psicológico, foi-se então formando os padrões e estruturas atualmente utilizados nos dias atuais.

As primeiras estruturas que puderam ser observadas na educação especial, no Brasil, foram oriundas de vertentes médico-pedagógicas, sempre baseadas em princípios médicos e com a proximidade médica no que se refere ao ensino e acompanhamento educacional dos pacientes com alterações funcionais.

[...] nas primeiras décadas do século XX, vivemos no Brasil um período caracterizado pelas vertentes médico-pedagógicas, subordinadas ao médico tanto no que diz respeito ao diagnóstico quanto às práticas pedagógicas e psicopedagógicas, que também dependiam do médico, mas enfatizavam princípios psicológicos. (RIBEIRO, 2013, p. 75)

A dependência dos médicos pelos profissionais de educação, no que se referia à escola inclusiva, pode ser evidenciada já nas primeiras escolas, que fisicamente já foram criadas juntos aos hospitais, demonstrando a grande dependência do setor educacional com a necessidade de orientação por parte do setor médico.

Assim, os médicos, com base em seus entendimentos inicialmente apenas psicológicos, estabeleceram os métodos elementares da educação especial no Brasil, provendo por meio da orientação e acompanhamento necessários aos profissionais da educação, as diretrizes necessárias para o correto e efetivo atendimento aos pacientes.

O Documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que por muito tempo perdurou o entendimento de que a Educação Especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação a estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da Educação Especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição a dimensão pedagógica.

Entretanto, no âmbito da educação brasileira, uma orientação legal de suma importância vem detalhar as orientações do texto da Constituição Federal

de 1988: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 (BRASIL, 9394/96).

A partir da promulgação da LDB a Educação Especial, enquanto modalidade, objetivou oferecer "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino<sup>5</sup>".

A Educação Especial, ou seja, destinada às pessoas com necessidades especiais, assumiu o caráter de obrigatoriedade para o Estado e deveria ser oferecida na rede regular de ensino. Se antes, para esse grupo, a escolarização se deu em instituições especializadas ou em classes especiais, de modo que somente uma pequena parcela alcançava o ensino regular, a partir da LDB a situação se inverteu e os alunos passaram a ser incluídos nas escolas regulares.

Já para Junqueira; Baccioto (2014, p.1), "A inclusão é a modificação da sociedade, sendo ela adaptada para receber as pessoas com deficiência". Para a autora, não basta somente a preparação do ambiente escolar para a inclusão dos alunos, ou seja, os alunos se adaptarem para serem incluídos na escola, é preciso também que a escola mude para receber os alunos.

Essa concretização demandaria quebra de paradigmas da educação e investimentos em recursos humanos, materiais e reestruturação do sistema de ensino, assim como transformações de atitudes e funções dos inúmeros profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar. Corroborando com essa ideia, Bueno defende que "o princípio da educação inclusiva não se efetivará por imposição legal sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças deficientes nos sistemas de ensino" (BUENO, 2015, p. 25).

Ferreira (2015) considera que os novos rumos da Educação Especial é promover atividades adaptadas que atendam a todos, sem restrição. Na sua concepção é imprescindível à prática de atividade física, pois é uma das formas desses alunos criarem uma nova opinião sobre seu corpo, passando assim a desenvolver todo o seu potencial, conhecendo seus limites e se aceitando.

---

<sup>5</sup> Na década de 1990 a terminologia utilizada para as pessoas com deficiências era pessoas com necessidades especiais, portanto, a terminologia será utilizada conforme o contexto e o texto legal do período mencionado.

Conseqüentemente, produzindo reflexos positivos e melhoria no processo de aprendizagem.

Glat (2017) faz ainda uma relação clara entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Fornece referências aos documentos que regulamentam a Educação inclusiva, identificando-a como uma política educacional, proporcionando uma discussão sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais, a importância do apoio de seus familiares e como foi à implantação da Educação Inclusiva no Brasil. A reflexão apresentada no texto, é a de que o apoio da Educação Especial é indispensável para o êxito da Educação Inclusiva em nosso país.

## AS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os princípios da educação inclusiva foram amplamente discutidos a partir da realização da Assembleia Mundial de Salamanca, em 1994, com o apoio da Unesco, e ainda, contou com a participação de 92 países e 25 organizações internacionais.

O evento mundial mudou completamente a forma e intensidade de ação no que se diz respeito às práticas de inclusão escolar, mediante um novo entendimento globalizado a respeito do assunto.

O texto produzido na Assembleia Mundial de Salamanca trata-se do mais completo texto sobre inclusão na educação, em cujos parágrafos fica evidenciado que a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiência e sim a todas as pessoas, deficientes ou não, que tenham necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanente. Isso coaduna com a filosofia da inclusão na medida em que esta não admite exceções - todas as pessoas devem ser incluídas. (SILVA; FACION, 2018)

A Assembleia de Salamanca gerou um texto que se tornou referência mundial de como a inclusão escolar deve ocorrer, definindo não somente todos os padrões necessários bem como o alcance de tal inclusão, referente aos tipos de pessoas alcançadas e também aos tipos de necessidades especiais existentes.

Portanto, a filosofia da inclusão escolar obteve por meio da Assembleia de Salamanca o que se fazia necessário para que então as práticas de atividades inclusivas pudessem realmente sair do campo das ideias e passar ao campo prático.

A fim de que efetivamente pudesse se garantir uma efetiva educação inclusiva, foi criada uma lei que destaca a importância do atendimento pessoas com necessidades especiais, a qual direcionou a formulação dos artigos que compõem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996).

Alguns dos pontos observados a fim de garantir uma educação inclusiva, podem-se destacar: o atendimento de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares; apoio e currículos especializados destinados às pessoas especiais; métodos, técnicas e recursos educativos além da capacitação de docentes do ensino regular.

A lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, reforça nos artigos 58 e 59, a importância do atendimento educacional a pessoas com necessidades especiais, ministrado preferencialmente em escolas regulares. Estabelece, também, que sejam criados serviços de apoios especializados e assegurados currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às peculiaridades dos alunos. Destaca ainda, a necessidade de capacitar docentes do ensino regular para o atendimento escolar destes educandos em classes regulares. No entanto, embora ofereça o respaldo necessário ao trabalho inclusivo, a legislação por si só não opera mudanças. (SILVA; FACION, 2018)

Uma série de medidas são previstas com o intuito de garantir a inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, não obstante, todas as medidas citadas buscam o cumprimento, meios, necessidades e dificuldades no atendimento e na elaboração da educação inclusiva.

A matrícula dos alunos com necessidades especiais, preferencialmente em escolas regulares, pode ser entendida como um esforço do governo em garantir uma educação inclusiva. Não apenas os educandos especiais e classes especiais, mas também os docentes de classes regulares sendo direcionados e formados para o atendimento, com o intuito de que os mesmos possam exercitar o exercício de convivência em comunidades.

A fim de não se esquecer das necessidades especiais desses alunos, o Estado busca por meio da lei, a implantação de recursos necessários para que o aluno possa atingir seu desenvolvimento educacional, mesmo estando em escolas regulares e sendo direcionados por docentes também ministrantes de escolas regulares.

Porém, ainda cabe ressaltar que apenas a lei não traz mudanças, mas se materializam pelo envolvimento de todos os responsáveis pelo aluno e sua educação, dentre os quais podem ser citados: os pais, professores, familiares, amigos, diretores, médicos entre outros.

Outro importante fator no processo de inclusão escolar pode ser considerado como o ambiente escolar.

Para que a reforma das escolas obtenha sucesso, estas devem tornar-se claramente comunidades acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros e apoiados. Se essa característica for negligenciada, ou se sua importância for subestimada, os alunos com necessidades especiais vão continuar a ser segregados e as escolas para todos os alunos não conseguirão atingir seus objetivos. (SILVA; FACION, 2018)

Pode-se então perceber a grande importância do acolhimento do aluno especial pela escola, devendo se tornar não apenas uma instituição, mas sim uma comunidade acolhedora, para que o aluno possa se sentir à vontade e com o desejo de frequentar a mesma, gerando passo a passo a inclusão social, visto que para estar na escola, se faz necessário estar junto de outros num convívio social.

## **A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE E CONSCIÊNCIA CULTURAL NA SALA DE AULA**

A diversidade cultural na sala de aula está aumentando. Em 2014, as escolas públicas brasileiras atingiram um marco de maioria minoritária com alunos índios, afro-brasileiros e asiáticos tendo ultrapassado o número de alunos brancos. Em 2044, o Censo prevê que mais da metade da população do



país será parda/negra, portanto, essa tendência provavelmente continuará existindo no contexto escolar (RIBEIRO, 2015).

Na sociedade cada vez mais diversificada e multicultural, é mais importante do que nunca que os professores incorporem uma instrução culturalmente responsiva na sala de aula, seja ensinando alunos do ensino fundamental ou médio. E o aumento da diversidade não se relaciona apenas com raça e etnia; pode incluir alunos de diferentes religiões, situação econômica, orientação sexual, identidade de gênero e formação linguística.

Promover a inclusão e a conscientização em torno da educação multicultural e adotar uma abordagem culturalmente responsiva ao ensino beneficia todos os alunos. A criação de uma maior consciência e inclusão multicultural não apenas ajuda os alunos com origens e necessidades diferentes a ter sucesso, mas também incentiva a aceitação e ajuda a preparar estes educandos para prosperar em um mundo exponencialmente diverso (CARVALHO, 2012, p.70).

A diversidade dentro e fora da sala de aula continuará a crescer e por isso é essencial que discentes sejam preparados para se adaptarem a um mundo em constante evolução.

Rosemberg (2018) afirma que existem várias maneiras pelas quais professores e gestores podem garantir que o ambiente da sala de aula e o currículo atendam à crescente diversidade cultural da sociedade. Essas estratégias estimularão a consciência cultural de todos os alunos, aumentando o reconhecimento de sua identidade e promovendo a inclusão na comunidade e na sala de aula.

Dentre as estratégias que podem ser adotadas no contexto escolar, pode citar com base nos autores:

- Conhecer os alunos para garantir que a consciência cultural seja promovida na sala de aula que começa com o professor compreendendo cada aluno individualmente. Reservando um tempo para aprender sobre a formação cultural, hobbies, estilos de aprendizagem de cada aluno e o que os torna únicos. Demonstrar um interesse genuíno em aprender sobre cada aluno e sua cultura ajudará a estabelecer confiança e permitirá que se crie um vínculo para que se sintam valorizados. Se os alunos se sentem valorizados, há uma melhor

chance de se sentirem à vontade para conversar e respeitar seus colegas na classe, a comunicação é o núcleo de uma sala de aula culturalmente consciente e inclusiva (FERREIRA, 2014).

- Manter uma comunicação consistente: Além de conhecer seus alunos, os professores também devem manter uma comunicação contínuo ao longo do semestre ou ano letivo. Agendar reuniões individuais com os alunos ocasionalmente, permitirá que haja melhora consistentemente possibilitando compreender o quão acessível a sala de aula é para todos. Os alunos podem conversar se eles se sentiram incluídos na cultura da sala de aula. Isso pode ajudar a identificar problemas ou maneiras de melhorar a experiência geral. É também uma oportunidade de discutir o progresso individual em sala de aula e oferecer orientação sobre como podem melhorar, com base nas respectivas necessidades individuais como aluno (RIBEIRO, 2015).

- Reconhecer e respeitar cada aluno: também é importante que os alunos celebrem e respeitem suas origens diversas, bem como as de cada um. Quando apropriado, os professores devem incentivar os alunos a pesquisar e aprender sobre suas próprias origens étnicas e culturais. Isso permite que entendam melhor a própria cultura, bem como as diferenças e nuances com os colegas. Como um bônus, esta pode ser uma ótima tarefa para integração, permitindo que os alunos façam apresentações sobre as tradições e cultura de sua família para ajudar a expor a classe a conceitos fora de sua zona de conforto familiar. Reconhecer essas diferenças e criar um espaço seguro para discussão ajuda a promover a compreensão na sala de aula e fora dela. Além disso, ao incentivar os alunos a aprender sobre suas diversas origens, é importante reservar um tempo para destacar o que é ofensivo e a distinção entre celebração cultural e apropriação. Aprender a falar sobre outras culturas de maneira respeitosa e madura é essencial para o sucesso na vida fora da sala de aula (GADOTTI, 2019).

- Praticar a sensibilidade cultural: embora seja importante manter um diálogo aberto entre os alunos, é igualmente importante certificar-se de que está sendo sensível à cultura, crenças e preocupações de idioma de todos. Em

vez de ensinar com um estilo de palestra tradicional, criar experiências de aprendizagem que sejam mais interativas e exijam colaboração. Essas considerações ajudarão a garantir que todos os alunos se sintam incluídos, tenham espaço para aprender à sua maneira e tenham a chance de ter sucesso (SILVA, 2018).

- Incorpore a diversidade no plano de aula: o ambiente da sala de aula é importante para promover a consciência cultural, mas também deve garantir que a diversidade seja representada em seu plano de aula real. Por exemplo, ampliando as lições de história contemplando o mundo além da história e da cultura de um país específico. Ou usar referências e analogias com outras culturas em sala de aula e tarefas para ajudar os alunos com origens diversas a se conectar pessoalmente. Outra ótima estratégia é trazer diversos palestrantes para adicionar diversos pontos de vista e contexto da vida real a diferentes assuntos. Existem várias maneiras de inserir a diversidade e a consciência cultural no plano de aula, e isso vai variar dependendo das culturas representadas em sala de aula. Independentemente do assunto, sempre apresentar e conectar as lições a questões do mundo real (SILVA, 2014).

- Dê aos alunos liberdade e flexibilidade: os professores muitas vezes sentem que precisam adotar uma abordagem rigorosa e autoritária quando se trata de administrar sua sala de aula. As lições mais valiosas são frequentemente aprendidas por meio das próprias experiências do aluno, portanto, dar a eles liberdade no curso incentiva uma maior conexão com o currículo. Permitir que os alunos leiam e apresentem seus próprios materiais relacionados à lição é fundamental para que possam abordar o tópico de sua própria perspectiva. O professor pode atuar como um mediador e incentivar a conversa e o debate saudável entre as diversas opiniões (QUIXABA, 2015).

## **POR QUE É IMPORTANTE ENSINAR CULTURA NA SALA DE AULA**

É importante mencionar por que a diversidade e a consciência cultural são tão cruciais na sala de aula e os benefícios que podem ter para os alunos

agora e ao longo prazo. O ensino da diversidade expõe os alunos a vários grupos culturais e sociais, preparando os alunos para se tornem melhores cidadãos em suas comunidades. Essas estratégias de ensino culturalmente responsivas ajudarão a promover a diversidade na sala de aula.

Promover a conscientização e criar uma conexão pessoal com diversas culturas na sala de aula pode evitar que os alunos desenvolvam preconceitos posteriormente. Isso permite que eles tenham empatia por pessoas diferentes de si mesmos, uma vez que estão mais conscientes das experiências que alguém de uma raça ou grupo cultural diferente pode enfrentar (BUENO, 2015).

Ao trabalhar e aprender com pessoas de várias origens e culturas presentes na sala de aula, os alunos obtêm uma compreensão mais abrangente do assunto. Ele também ensina os alunos como usar seus próprios pontos fortes e pontos de vista para contribuir em um ambiente de trabalho diversificado (GLAT, 2017).

Naturalmente, ao expor os alunos a uma ampla gama de opiniões, pensamentos e origens culturais o professor promove e incentiva o desenvolvimento do senso crítico e a percepção sobre os problemas sociais que envolvem a comunidade e a própria sociedade. Isso os abrirá a novas ideias e poderá obter uma maior compreensão sobre um tema, a partir de diferentes pontos de vista.

Os alunos que aprendem sobre diferentes culturas se sentem mais confortáveis e seguros com essas diferenças. Isso permite que eles interajam em uma gama mais ampla de grupos sociais e se sintam mais confiantes em si mesmos, bem como em suas interações com os outros.

Com o aumento da globalização é importante poder trabalhar com pessoas de diferentes culturas e grupos sociais. Se os alunos são expostos à diversidade e aprendem a consciência cultural em sala de aula, isso os prepara para florescer na força de trabalho (FERREIRA, 2014).

## CONSIDERAÇÕES

A inclusão busca promover a inserção das crianças com deficiências e transtornos no contexto escolar. Sob o modelo de diversidade, os alunos com deficiências interagem a maior parte ou a totalidade do tempo deles com sujeitos com as mesmas características. A inclusão rejeita o uso de escolas especiais ou salas de aula para separar alunos com deficiência, de forma a possibilitar um relacionamento dentro de um real contexto social, sem segmentação ou mesmo exclusão. Assim, as crianças compartilham espaços e realidade, não tendo seu próprio mundo separado, possibilitando que aprendam a viver de forma mais natural possível, onde a escola é reestruturada para que todos os alunos aprendam juntos.

A inclusão diz respeito ao direito da criança de participar ativamente na sociedade e do contexto educacional e o dever da escola é aceitar esse aluno, no respeito aos seus direitos sociais, civis e educacionais, indo além das deficiências físicas e cognitivas, ou seja, incluindo linguagem, cultura, gênero, idade e outras formas de diferenças humanas.

Tal diversidade torna-se cada vez mais importante e necessária, pois tanto o desempenho quanto o comportamento dos alunos nas tarefas escolares podem ser afetados pela forma como organizam seus sentimentos, pela forma como são vistos e julgados pela sociedade. Assim, sentimentos de inferioridade devem desaparecer, promovendo o aumento das habilidades. Os resultados positivos são sentidos não somente pela comunidade mas também para as crianças com deficiências e suas famílias. Os sistemas inclusivos proporcionam uma educação de melhor qualidade para todas as crianças e são fundamentais para mudar as atitudes discriminatórias que tão comumente estão presentes nas diversas sociedades no mundo.

As escolas fornecem o contexto para o primeiro relacionamento da criança com o mundo fora de suas famílias, possibilitando o desenvolvimento de relações e interações sociais. Assim, tanto o respeito como a compreensão crescem quando alunos de diversas habilidades, características e até mesmo origens desempenham, socializam e aprendem juntos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9393/96 de 12 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2018.

BUENO, A. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular.** Temas sobre desenvolvimento. São Paulo: Memnon, vol. 9, n.54, p. 21-27. 2015.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 70.

CEPAC, Centro Paranaense de Cidadania. **Guia para educadores.** Educação para a diversidade: como discutir homossexualidade na escola? Curitiba: Ciranda, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o mini-dicionário da língua portuguesa.** 6. ed. Rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos.** Juiz de Fora: Graal. 2019. p. 21, 70.

GLAT, R. Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Rev. bras. educ. espec.** vol. 32. 2017.

GOMES, Luis Antonio. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola:** alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2018. p. 116.

HUTH, L. **Educação Física Para Pessoas Com Necessidades Especiais: Um Olhar A Partir De Um Estudo De Caso.** Ijuí, 2012. 35 p. Monografia (Curso de Educação Física), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, São Paulo: Autores Associados (coleção educação contemporânea), 2014.

JUNQUEIRA, F. J; BACCIOTTO, S. M. **Educação física adaptada: As dificuldades encontradas pelos professores de educação física de Campo Grande/MT frente á inclusão.** Mato Grosso, p. 1- 8. 2014.

KASSAR, M.C.M. Quando eu entrei na escola. Memórias de passagens escolares. **Cad. CEDES**, abril 2016, vol. 26, n. 68, p 63-70.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna. 2003.

QUIXABA, M. N. O. **A inclusão na educação: humanizar para educar melhor.** São Paulo: Paulinas, 2015

RIBEIRO, Maria Luisa S. Perspectiva da Escola Inclusiva: algumas reflexões. In: RIBEIRO, Maria Luisa S. BAUMEL, Roseli Cecília R. C. (org.) **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 2013. p. 41-52.

RIBEIRO, Matilde. **Apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** MEC/SEPPIR. Brasília. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Raça e desigualdade educacional no Brasil.** In:AQUINO, Julio Groppa (org.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2018. p. 84.

SILVA, L. G. dos S. **Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões.** 1º Ed. São Paulo, Paulinas, 2014.

SILVA, Maria de Fátima M. Caldeira; FACION, José Raimundo. **Perspectivas da Inclusão Escolar e sua Efetivação.** 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2018.

SILVA, Maria José Lopes. **As exclusões e a educação.** In: TRINDADE. Azoilda Loretto da , SANTOS. Rafael dos (orgs.). Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2012. p. 140.

*Recebido em 10/04/2021*

*Versão corrigida recebida em 30/05/2021*

*Aceito em 06/06/2021*

*Publicado online em 15/06/2021*